

A ATUALIDADE DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

OSVALDO COGGIOLA *

A vigência histórica da revolução proletária refere-se à atualidade das suas premissas objetivas e subjetivas: crise e declínio da sociedade existente e de seu correspondente regime político, existência de uma classe revolucionária, isto é, portadora de um projeto social superador, e que age objetivamente para levá-lo à prática contra o Estado que condensa, organiza e defende as atuais relações sociais.

Não adianta responder aos defensores do "fim do socialismo" (devido à dissolução da ex-URSS e do mal-chamado "campo socialista") que o capitalismo também está em crise: o que aqueles questionam é a própria existência de um projeto social alternativo, ou seja, a própria capacidade de uma classe em materializá-lo.

A única maneira de se opor a essa intoxicação ideológica é defendendo a concepção já exposta por Leon Trotski na década de 30 (em especial em *A revolução traída*): a burocracia dirigente da URSS (e da China e da Europa oriental) é um órgão da burguesia no Estado operário; o aprofundamento da crise capitalista mina, por isso, as bases de sua dominação; a crise resultante põe cara a cara as alternativas da revolução operária antiburocrática e da contra-revolução capitalista, só possível por meios violentos (Tienanmen, Bósnia, Tchetchênia etc.). Falar em "morte do marxismo" (derivada da morte da URSS), quando só o marxismo foi capaz de um prognóstico histórico tão preciso, é dar prova, no mínimo, de completa ignorância.

É mais válida do que nunca, portanto, a conclusão então tirada por Trotski: a revolução socialista continua vigente na consciência das massas (expressa, também, nas revoltas antiburocráticas do passado e do presente) e na crise capitalista mundial. Devido ao caráter mundial do capitalismo, a vigência das premissas apontadas inicialmente só pode ser medida no âmbito internacional.

Quanto ao suposto declínio da classe operária, convém não confundir esse conceito com o declínio da esquerda que dizia representá-la. Uma esquerda tão esquizofrênica que, recentemente, cantava loas à queda do Muro de Berlim (o "muro da vergonha") durante o dia, mas chorava o "fim do socialismo" durante a noite.

* Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

As mesmas condições de especulação financeira desenfreada e de endividamento externo crescente, que constituem a principal manifestação da crise capitalista mundial, estiveram na base da crise mortal dos "países socialistas" (por exemplo, as dívidas externas *per capita* da Polônia, Hungria e Iugoslávia eram/são iguais ou superiores às das dos países latino-americanos). Isto configura a base econômica da crise mundial (ruptura de todos os equilíbrios políticos precedentes) que se desenvolve presentemente.

A degradingolada das burocracias destrói um dos pilares da velha ordem mundial, que teve como marcos principais os acordos de Ialta e Postdam, aprofundados (ou melhor, precariamente consertados) em uma série de acordos posteriores. Os enfrentamentos diplomáticos e, às vezes, até militares da chamada "guerra fria" não puseram em questão esse marco: ao contrário, foram limitados pelos contendores para não questioná-los. A burocracia russa é parte (agora sem véus) da ordem mundial capitalista; nesse marco montou-se nos últimos anos um processo de integração econômica que tende a reverter a rejeição do Plano Marshall e da entrada no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial da parte de Stalin, no imediato pós-guerra.

A queda das burocracias, por ação direta das massas ou refletindo indiretamente a resistência delas, é, por isso, um acontecimento de características revolucionárias, independentemente de seus desdobramentos imediatos. As mobilizações dos trabalhadores do Leste tendem a revigorar o proletariado ocidental: na Alemanha, as inéditas e espetaculares greves dos metalúrgicos e dos funcionários públicos não somente sinalizam as dificuldades da "unificação capitalista" (ainda não realizada) mas sobretudo apontam para a reunificação do operariado mais poderoso da Europa. A perspectiva objetivamente aberta é a da recolocação, sobre uma base infinitamente mais ampla do que no passado (o capitalismo criou, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um bilhão de empregos assalariados), do internacionalismo proletário, derrubadas as barreiras reacionárias que dividiram artificialmente os trabalhadores do mundo todo.

A crise econômica evidencia as limitações estruturais do capitalismo na sua atual etapa histórica. Como regime historicamente progressista, o capitalismo chegou faz tempo ao limite do seu desenvolvimento com a Primeira Guerra Mundial, a crise de 1930 e a Segunda Guerra. Através dos recursos políticos do Estado, de uma enorme centralização econômica, encontrou no passado os meios para resolver a crise em termos cíclicos. Esses meios extra-econômicos punham a nu um regime que estava sobrevivendo a si próprio. Não eram as forças produtivas do capital as que, se desenvolvendo livremente, superavam os obstáculos, mas a intervenção de uma força externa, do poder político do Estado, das guerras. O capitalismo usou a fun-

do as possibilidades do gasto armamentista, do desenvolvimento parasitário, da formação de capitais fictícios, do desenvolvimento artificial das nações atrasadas com vista a criar mercados para seus capitais e mercadorias. Fez isso de maneira sistemática, esgotando nesse processo os seus recursos.

A crise tem um caráter estrutural. Pode haver altas e baixas na produção, mas não há possibilidades de uma nova expansão histórica das forças produtivas capitalistas. A expansão econômica do período de Reagan foi a primeira na qual, nos países avançados, considerados no seu conjunto, não houve absorção dos desempregados (ao contrário!). A precariedade das soluções transitórias se evidencia na imensa fraqueza dos "planos de estabilização", como o demonstra a recente crise mexicana (e seus reflexos na Argentina e no Brasil): nenhum dos problemas existentes há mais de uma década foram resolvidos: não só o desemprego, a dívida externa está mais alta do que nunca, em que pesem as privatizações e as refinanciações tipo Plano Brady. Há novamente uma situação de interrupção de pagamentos. O capitalismo não pode sobreviver sem produzir crises cada vez mais intensas e profundas.

A "flexibilização", a "qualidade total", a terceirização etc. não visam "substituir um paradigma industrial-tecnológico por outro", configurando um novo desenvolvimento progressivo das forças produtivas. O fato de a informática avançar por meio da "flexibilização" confirma que a extração de mais-valia é o motor da inovação tecnológica no modo de produção capitalista. Os "novos sistemas" visam sim aumentar a superexploração da força de trabalho: isto é contraditório com o progresso tecnológico, pois quanto maior a complexidade daquele, maior deveria ser a proteção trabalhista, em virtude do maior desgaste físico e nervoso provocado. Essa intensificação (em extensão e profundidade) da jornada de trabalho torna evidente que os "novos métodos" são um meio de o capital se adaptar à sua própria crise, mediante a extração de superbenefícios.

Contra esse processo, crescem as mobilizações operárias no mundo todo, notadamente, no último período, nos próprios países imperialistas (pelas 35 ou menos horas, pela estabilidade etc.). A resistência ao descarregamento da crise nas costas dos trabalhadores é o fundamento último das crises recorrentes dos regimes políticos, sobretudo no "Primeiro Mundo": decomposição dos regimes italiano e japonês, derrotas eleitorais de Bush (depois da "vitória" do Golfo!), que sinalizaram o fim da "revolução conservadora", e agora de Clinton, nos próprios EUA, desgaste geral de todos os governos.

Na classe operária está ausente, sim, o partido político (revolucionário) que dê saída progressista à atual crise mediante um novo regime social. O primeiro obstáculo a ser removido nesse sentido é o da esquerda "adesista", que entoa cantos de cisne na hora de entoar cantos de guerra.

COGGIOLA, Osvaldo. A atualidade da revolução proletária. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.2, 1995, p.164-166.

Palavras-chave: Revolução proletária; Crise econômica; Mobilizações operárias.